



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
PRAÇA CÍVICA, 300 - Bairro CENTRO - CEP 74003-010 - @cidade_unidade@ - - www.tre-go.jus.br

PROJETO BÁSICO - SECDO

PROJETO BÁSICO - SECDO

SEI Nº 22.0.000000448-4

1. Quadro resumo do objeto

1.1 Nome do curso: LGPD, Governança de Dados e Gestão de Metadados.

1.2 Empresa: Sucesso Tecnologia e Informação Eireli-ME

1.3 CNPJ: 13.183.890/0001-66

1.4 Data de realização:

As aulas são gravadas e os vídeos são em alta definição. **O aluno pode assistir aos vídeos de acordo com sua disponibilidade.** Haverá um fórum exclusivo para os alunos dos cursos. As dúvidas serão respondidas em até 24 horas. A carga horária do curso é de 78 horas, entretanto nós iremos oferecer o acesso a todo o conteúdo por **24 meses a partir da data de início.**

1.5 Modalidade: curso on-line

1.6: Carga horária: 78 horas

1.7 Plataforma: Plataforma DSA

1.8 Público-alvo: servidores da STI

1.9 Número de vagas: 11

1.10 Valor: R\$ 12.100,00

1.11 Previsão no PAC: Sim.

1.12 Nome do Instrutor:

Matheus Passos - Data Protection Officer, Professor e Consultor 20 anos de experiência em Educação, Doutorando em Direito com ênfase em Direito Constitucional, atualmente mora em Portugal.

2. Dos objetivos:

Intensificar os mecanismos de segurança da informação e proteção de dados.

3. Da justificativa:

Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e estar a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar em atividades diversas, comprometido com a ética e com os princípios constitucionais, buscando o bem comum a partir de um sistema de atualização permanente. A política Nacional de Formação e Desenvolvimento dos Servidores do Poder Judiciário, instituída pela Resolução CNJ nº 192/2014, reconhece a necessidade de fomentar e viabilizar o desenvolvimento de servidores com vistas ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos do Poder Judiciário.

A demanda fundamenta-se ainda, na Resolução TSE nº 22.572/2007, que estabelece o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento de servidores da Justiça Eleitoral com vistas à formação, atualização e aperfeiçoamento contínuo dos servidores da Justiça Eleitoral.

E por fim, a contratação em referência está em consonância com a Resolução TRE-GO nº 286/2018 que dispõe sobre a política de educação e desenvolvimento dos servidores no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, que assim pondera: "A política de Educação e Desenvolvimento dos Servidores compreende todas ações voltadas para o desenvolvimento integral dos servidores no âmbito institucional, que oportunizem a formação, a atualização, o aperfeiçoamento e a qualificação contínua".

Na capacitação, ora solicitada, será oferecido esse aperfeiçoamento com foco na Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD).

Tendo em vista a entrada em vigor da [Lei nº 13.709/2018](#) – Lei Geral de Proteção de dados Pessoais (LGPD), bem como a crescente utilização da Internet e de modelos digitais estruturados para acesso e processamento de dados disponibilizados pelos órgãos do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 363/2021, estabeleceu medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelos tribunais.

Referido normativo dispõe que caberá a cada tribunal a decisão de promover a capacitação sobre a [LGPD](#) bem como organizar programa de conscientização sobre a referida lei, destinado a magistrados, a servidores, a trabalhadores terceirizados e estagiários, das áreas administrativas e judiciais de primeira e segunda instâncias (art. 1º, I, b e IX).

Oportuno destacar, ainda, que o evento em comento agregará valor ao Macroprocesso "Gestão de Tecnologia da Informação", insertos na Portaria n. 792/2014, que trata da Cadeia de Valor do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

No âmbito do programa Gestão por Competências, em análise ao Dicionário de Competências Técnicas do TRE-GO, verifica-se que a ação enquadra-se na competência

"31.25 - Banco de dados".

4. Da inexigibilidade da licitação:

A contratação direta por inexigibilidade de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II da Lei 8666/93. O inciso II de tal artigo se refere à contratação de serviços técnico-profissionais especializados apontados pelo art. 13 da mesma lei que, além de conter a obrigação de ser um serviço técnico profissional especializado, acrescenta mais duas exigências, o objeto singular da contratação e a notória especialização.

Desse modo, temos que a inexigibilidade somente se configura diante da presença cumulativa destes três requisitos. Ou seja, não basta configurar-se como um serviço técnico profissional especializado, mas a contratação dependerá de constatar-se a existência da singularidade do objeto, e de notória especialização do sujeito. (Súmula TCU nº 252).

A Orientação Normativa da AGU nº 18, de 1º de abril de 2009, consolida seu posicionamento a respeito do tema "contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

Indo ao encontro dessa posição, em Orientação Normativa, a câmara Permanente de Licitações e Contratos da Procuradoria-Geral Federal – AGU nº 18/2009 não obsta a contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica para ministrar curso fechado para a Administração Pública, desde que presentes os pressupostos do art. 25, II, § 1º da Lei 8.666/93.

Portanto, é pacífico o entendimento que, seja para cursos abertos ou fechados, a contratação direta por inexigibilidade é completamente aplicável contanto que sejam atendidas as determinações legais.

4.1 Da singularidade do objeto

Em relação à singularidade do objeto, veja-se julgado do Tribunal de Contas da União:

(...) quanto à singularidade do objeto, esta existirá desde que se trate de treinamento diferente ou diferenciado no mercado.

(...) por acreditarmos ser essa definição suscetível a diferentes interpretações, preferimos falar em cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos. Treinamentos com essas características serão certamente singulares (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Decisão 439/98 – Plenário – Ata 27/98).

Destaca-se a importância e a singularidade do treinamento em tela em razão da qualidade e abrangência do conteúdo programático. Além disso, o curso será disponibilizado de forma diferenciada pois os alunos poderão assistir aos vídeos sobre LGPD, Governança de Dados e Gestão de Metadados, de acordo com sua disponibilidade. As dúvidas serão respondidas em até 24 horas. A carga horária do curso é de 78 horas, entretanto o acesso a todo o conteúdo ficará liberado por 24 meses a partir da data de início. O curso possui explanação teórica e prática e a programação é mostrada passo-a-passo (exemplos, quizzes, exercícios e projetos).

Dessarte, é essencial que os servidores que atuam na Secretaria de Tecnologia da Informação adquiram conhecimento relacionado ao desenvolvimento de uma cultura de governança de dados e gestão de metadados alinhada à LGPD.

4.2 Da notória especialização

A contratação de treinamentos adequada à inexigibilidade de licitação, por se tratar de serviço técnico profissional especializado, requer que a empresa ou profissional contratado possua notória especialização.

A definição de notória especialização contida na Lei de Licitações e Contratos diz respeito ao profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O responsável técnico pelo curso, Matheus Passos, demonstra notória especialidade nos treinamentos referentes ao tema, objeto da capacitação em tela, destacando-se por ampla experiência profissional, consoante consignado no currículo (doc. SEI nº 0245279).

Em relação à empresa descrita no item 1.1, junta-se atestado de capacidade técnica no doc. Sei nº 0233388.

5. Da execução do serviço

5.1. Dos recursos instrucionais

A realização do curso demandará a disponibilização:

- computadores/notebooks pessoais com acesso a internet para servidores em tele-trabalho
- computadores do TRE/GO para servidores com trabalho presencial

5.2. Das Avaliações

Será aplicada pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional as avaliações abaixo:

- Reação e Aprendizagem;
- Aplicação e Resultado.

5.3. Do Certificado

O certificado é de responsabilidade da empresa contratada.

Ao final do curso, o aluno receberá um certificado digital de conclusão com a carga horária especificada o qual será entregue diretamente pela empresa contratada.

5.4. Do Conteúdo Programático

01- Introdução
Formação Arquiteto de Dados
Perguntas e Respostas
Navegando pela Data Science Academy
Suporte e Canais de Comunicação
Termos e Condições de Uso
Apresentação do Curso e do Instrutor
Mapa da Proteção de Dados

O Contexto Histórico da Proteção de Dados Pessoais

O Avanço da Proteção de Dados

A Importância da Diretiva 95/46/CE

Quiz 6 questões

Bibliografia, Referências e Links Úteis

Slides Módulo 01

E-book Guia de Estudo e Aprendizagem da Data Science Academy

02- A Proteção de Dados no Mundo: Visão Geral

A Proteção de Dados no Mundo

Itens Comuns a Todas as Legislações de Proteção de Dados

Sistema de Resposta aos Titulares, Medidas de Segurança e Notificações de Violações

A Proteção de Dados nos Estados Unidos

Legislação HIPAA - Proteção de Privacidade de Dados Médicos de Saúde

Legislação COPPA - Proteção de Privacidade de Dados de Crianças

Legislação CCPA - Proteção de Privacidade de Dados do Consumidor

Legislação de Proteção de Dados na América Latina

Slides Módulo 02

Bibliografia, Referências e Links Úteis

03- A Proteção de Dados no Contexto Europeu

A Proteção de Dados na Europa

O GDPR Muda a Lógica da Proteção de Dados na Europa - Responsabilidade

Diretivas e Regulamentos

Diretiva 680 e Diretiva ePrivacy

Quiz 4 questões Slides Módulo 03

Bibliografia, Referências e Links Úteis

04- A Proteção de Dados no Brasil

A Proteção de Dados no Brasil

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

A Estrutura da LGPD

Slides Módulo 04

Bibliografia, Referências e Links Úteis

05- Conceitos Essenciais na Área da Proteção de Dados - Parte 1/3

Introdução - Conceitos Essenciais na Área da Proteção de Dados

O Conceito de Dado Pessoal

O Que é um Dado Pessoal? Parte 1/2

O Que é um Dado Pessoal? Parte 2/2

Como Interpretar um Dado Pessoal na Prática

Dados Pessoais Sensíveis - Parte 1/2

Dados Pessoais Sensíveis - Parte 2/2

O Que é Uma Pessoa Identificável?

O Conceito de Atividade de Tratamento - Quiz

O Conceito de Atividade de Tratamento

Exemplos de Atividade de Tratamento - Parte 1/2

Exemplos de Atividade de Tratamento - Parte 2/2

Os Agentes de Tratamento

Data Protection Officer - DPO

Slides Módulo 05

Bibliografia, Referências e Links Úteis

06- Conceitos Essenciais na Área da Proteção de Dados - Parte 2/3

Introdução

Os Agentes de Tratamento - LGPD - Parte 1/2

Os Agentes de Tratamento - LGPD - Parte 2/2

Exemplos Práticos Entre Controlador e Operador

Exemplos Práticos Independentes Entre Controlador e Operador

Exemplos de Atividade de Tratamento

Detalhes Importantes Sobre o Controlador - Parte 1/2

Detalhes Importantes Sobre o Controlador - Parte 2/2

Encarregado de Proteção de Dados

Encarregado de Proteção de Dados Interno e Externo

Funções do DPO - GDPR - Parte 1/2

Funções do DPO - GDPR - Parte 2/2

Funções do DPO - LGPD

DPO - Centro do Triângulo

Atuação do DPO - Parte 1/5

Atuação do DPO - Parte 2/5

Atuação do DPO - Parte 3/5

Atuação do DPO - Parte 4/5

Atuação do DPO - Parte 5/5

Conceitos de Pseudonimização e Anonimização

Exemplo de Pseudonimização

Exemplo de Anonimização

Comparação Entre Pseudonimização e Anonimização

Considerações Finais Entre Pseudonimização e Anonimização

Conceito de Definição de Perfis

Definição de Perfis com Tratamento Automatizado

Preocupação Com a Definição de Perfis - Discriminação

Slides Módulo 06

Bibliografia, Referências e Links Úteis

07- Conceitos Essenciais na Área da Proteção de Dados - Parte 3/3

Avaliação e Impacto Sobre a Proteção de Dados

Conceito Jurídico da AIPD
Novas Tecnologias da AIPD
Natureza, Ambito, Contexto e Finalidades da AIPD
AIPD e seus Elevados Riscos
Conteúdo da Avaliação de Impactos Sobre a Proteção de Dados
Necessidade e Proporcionalidade das Operações de Tratamento
AIPD e seus Riscos
Violações de Dados Pessoais
Transferência Internacional de Dados
Autoridade Supervisora
Aplicação Territorial do GDPR - Parte 1/2
Aplicação Territorial do GDPR - Parte 2/2
Aplicação Territorial do LGPD - Parte 1/2
Aplicação Territorial do LGPD - Parte 2/2
Quiz 9 questões
Slides Módulo 07
Bibliografia, Referências e Links Úteis

08- Princípios do Tratamento de Dados Pessoais
Princípios Relativos ao Tratamento de Dados Pessoais
Princípios x Bases Legais
Quadro Geral dos Princípios
Licitude, Lealdade e Transparência - Parte 1/2
Licitude, Lealdade e Transparência - Parte 2/2
Limitação das Finalidades - Parte 1/3
Limitação das Finalidades - Parte 2/3
Limitação das Finalidades - Parte 3/3
Minimização de Dados - GDPR
Exatidão e Qualidade Dos Dados
Responsabilidade GDPR e Responsabilização e Prestação de Contas LGPD
Livre Acesso - LGPD
Não Discriminação - LGPD
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

09- Escolhendo a Base legal Correta Para Tratar Dados Pessoais
Introdução
Quadro Geral das Bases Legais - Parte 1/2
Quadro Geral das Bases Legais - Parte 2/2
Consentimento - Parte 1/2
Consentimento - Parte 2/2
Execução de Contrato ou de Procedimentos Preliminares a Pedido do Titular dos Dados - Parte 1/2
Execução de Contrato ou de Procedimentos Preliminares a Pedido do Titular dos Dados - Parte 2/2
Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória - Parte 1/2
Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória - Parte 2/2
Defesa de Interesses Vitais do Titular ou de Outra Pessoa Singular
Exercício de Funções de Interesse Público
Interesses Legítimos
Exercício Regular de Direitos em Processo Judicial, Administrativo ou Arbitral
Tutela da Saúde
Proteção do Crédito
O Consentimento e o Legítimo Interesse
O Consentimento Livre - Parte 1/2
O Consentimento Livre - Parte 2/2
O Consentimento - Características
O Consentimento - Informado
O Consentimento - Explícito
O Interesse Legítimo - Ideia Geral
O Interesse Legítimo - Características
O Interesse Legítimo - Exemplo
O Interesse Legítimo - Teste de Ponderação
O Interesse Legítimo - Exemplos de Teste de Ponderação
O Interesse Legítimo - Expectativas Razoáveis do Titular - Parte 1/2
O Interesse Legítimo - Expectativas Razoáveis do Titular - Parte 2/2
O Interesse Legítimo - Exemplo 1
O Interesse Legítimo - Exemplo 2 - Parte 1/2
O Interesse Legítimo - Exemplo 2 - Parte 2/2
Quiz 5 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

10- O Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes
Introdução - O Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes
O Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes - ECA
O Consentimento do Pai ou Responsável Para o Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes
O Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e Adolescentes com Exceção do Consentimento
Quiz 5 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

11- Os Direitos do Titular de Dados Pessoais
Os Direitos dos Titulares - Apresentação
Os Direitos dos Titulares de Dados Pessoais
Quadro Geral dos Direitos - Parte 1/3

Quadro Geral dos Direitos - Parte 2/3
Quadro Geral dos Direitos - Parte 3/3
Considerações Gerais Sobre os Direitos - Autenticação e Exercícios
Considerações Gerais Sobre os Direitos - Linguagem Clara e Simples
Considerações Gerais Sobre os Direitos - Prazo de Respostas
Direito de Retificação
Direito de Acesso - Parte 1/2
Direito de Acesso - Parte 2/2
Direito ao Apagamento - Parte 1/2
Direito ao Apagamento - Parte 2/2
Direito ao Apagamento com exceções - GDPR - Parte 1/2
Direito ao Apagamento com exceções - GDPR - Parte 2/2
Direito ao Apagamento com exceções - LGPD
Direito a Limitação do Tratamento - Parte 1/2
Direito a Limitação do Tratamento - Parte 2/2
Direito à Portabilidade
Direito de Oposição
Direito de Oposição - Definindo os Perfis
Direito de Oposição - Marketing Direto
Direito de Solicitar a Revisão de Decisões Automatizadas - GDPR
Direito de Solicitar a Revisão de Decisões Automatizadas - LGPD
Direito de Solicitar a Revisão de Decisões Automatizadas com Definição de Perfis
Bases Legais de Definição de Perfis - GDPR - Parte 1/2
Bases Legais de Definição de Perfis - GDPR - Parte 2/2
Bases Legais de Definição de Perfis - LGPD - Parte 1/2
Bases Legais de Definição de Perfis - LGPD - Parte 2/2
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

12- As Obrigações dos Agentes de Tratamento - Parte 1/2
Introdução - Os Principais Deveres dos Agentes de Tratamento
Síntese das Obrigações dos Agentes de Tratamento
Informação e Transparência - Parte 1/2
Informação e Transparência - Parte 2/2
Informação e Transparência - GDPR - Quem
Informação e Transparência - GDPR - DPO
Informação e Transparência - GDPR - Finalidades
Informação e Transparência - GDPR - Interesse Legítimo
Informação e Transparência - GDPR - Para Quem
Informação e Transparência - GDPR - Transferência Internacional
Informação e Transparência - GDPR - Prazo de Conservação
Informação e Transparência - GDPR - Direitos
Informação e Transparência - GDPR - Reclamação, Autoridade e Controle
Informação e Transparência - GDPR - Requisito Contratual
Informação e Transparência - GDPR - Existência de Decisões Automatizadas
Informação e Transparência - LGPD - Para Que, Como e Quando
Informação e Transparência - LGPD - Quem - DPO
Informação e Transparência - LGPD - Para Que, Direitos
Informação e Transparência - LGPD - Responsabilidades
Pontos Importantes - Parte 1/3
Pontos Importantes - Parte 2/3
Pontos Importantes - Parte 3/3
Como Fornecer Estas Informações? - Parte 1/2
Como Fornecer Estas Informações? - Parte 2/2
Transparência no Impacto, Consentimento e Interesse Legítimo
Privacy By Design - O Que é ?
Privacy By Design - GDPR - LGPD
Privacy By Design - Artigo 25 - GDPR
Privacy By Design - Proativo e não Reativo - Parte 1/2
Privacy By Design - Proativo e não Reativo - Parte 2/2
Privacy By Design - Privacidade como Padrão
Privacy By Design - Incorporada ao Design
Privacy By Design - Soma Positiva - Parte 1/2
Privacy By Design - Soma Positiva - Parte 2/2
Privacy By Design - Segurança de Ponta a Ponta
Privacy By Design - Visibilidade e Transparência
Respeito Pela Privacidade do usuário - Centrado no Usuário
Privacy By Design - Considerações Finais
Privacy Shield - Novo - Parte 1/2
Privacy Shield - Novo - Parte 2/2
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

13- As Obrigações dos Agentes de Tratamento - Parte 2/2
Registro das Atividades de Tratamento - Visão Geral - Parte 1/2
Registro das Atividades de Tratamento - Visão Geral - Parte 2/2
Conteúdo do Registro - GDPR
Registro das Atividades de Tratamento - Planilha CNPD - Parte 1/4
Registro das Atividades de Tratamento - Planilha CNPD - Parte 2/4
Registro das Atividades de Tratamento - Planilha CNPD - Parte 3/4
Registro das Atividades de Tratamento - Planilha CNPD - Parte 4/4
Registro das Atividades de Tratamento - Exemplos - Parte 1/2

Registro das Atividades de Tratamento - Exemplos - Parte 2/2
Registro das Atividades de Tratamento - Exceções - GDPR
Avaliação de Impacto Sobre a Proteção de Dados - Informações Gerais
Avaliação de Impacto Sobre a Proteção de Dados - Ciclo ICO Parte 1/2
Avaliação de Impacto Sobre a Proteção de Dados - Ciclo ICO Parte 2/2
Avaliação de Impacto Sobre a Proteção de Dados - Quando Fazer?
AIPD- Qual o Conceito de Risco? - Parte 1 /2
AIPD- Qual o Conceito de Risco? - Parte 2/2
Situações de Obrigatoriedade de uma AIPD - Parte 1/2
Situações de Obrigatoriedade de uma AIPD - Parte 2/2
Conteúdo Mínimo de uma AIPD Pelo GDPR - Parte 1/2
Conteúdo Mínimo de uma AIPD Pelo GDPR - Parte 2/2
Como Baixar o Software da CNIL
AIPD - Aspectos Importantes - Parte 1/2
AIPD - Aspectos Importantes - Parte 2/2
Contratos Entre Controlador e Operador - Visão Geral
Contratos Entre Controlador e Operador - Responsabilidades do Controlador - Parte 1/2
Contratos Entre Controlador e Operador - Responsabilidades do Controlador - Parte 2/2
Elementos Obrigatórios em um Contrato Entre o Controlador e Operador
O Objeto e a Duração do Tratamento
A Natureza e a Finalidade do Tratamento
O Tipo de Dados Pessoais e as Categorias dos Titulares dos Dados
As Obrigações e Direitos do Controlador
As Condições do Operador
Contratos Entre Operador e Suboperador
Responsabilidades dos Operadores e Suboperadores
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

14- O Encarregado Pelo Tratamento de Dados Pessoais
O Encarregado Pela Proteção de Dados - DPO
Agentes de Tratamento
Relação Entre Autoridade de Controle e o DPO
Quem Pode Ser um DPO?
DPO Interno e Externo
Distinções Entre DPO - Jurídico, Técnico e de Processos
DPO Sendo Facilmente Acessível
Quando é Necessário Ter um DPO? - Parte 1/2
Quando é Necessário Ter um DPO? - Parte 2/2
Representantes na União Européia
Quando Não é Necessário Ter um DPO?
Indicação de Carregado Pelo Tratamento de Dados Pessoais
A Independência do DPO - GDPR - Parte 1/3
A Independência do DPO - GDPR - Parte 2/3
A Independência do DPO - GDPR - Parte 3/3
A Independência do DPO - LGPD
O Conflito de Interesse - GDPR - Parte 1/2
O Conflito de Interesse - GDPR - Parte 2/2
O Conflito de Interesse - LGPD
A Responsabilidade Civil do DPO - GDPR - Parte 1/2
A Responsabilidade Civil do DPO - GDPR - Parte 2/2
A Responsabilidade Civil do DPO - LGPD
Conhecimentos Necessários ao DPO - Competências - Parte 1/5
Conhecimentos Necessários ao DPO - Competências - Parte 2/5
Conhecimentos Necessários ao DPO - Competências - Parte 3/5
Conhecimentos Necessários ao DPO - Competências - Parte 4/5
Conhecimentos Necessários ao DPO - Competências - Parte 5/5
Exemplos de Atuação do DPO em Casos Reais - Atuação Prática - Parte 1/4
Exemplos de Atuação do DPO em Casos Reais - Atuação Prática - Parte 2/4
Exemplos de Atuação do DPO em Casos Reais - Atuação Prática - Parte 3/4
Exemplos de Atuação do DPO em Casos Reais - Atuação Prática - Parte 4/4
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

15- Como Realizar Transferências Internacionais de Dados Pessoais
Transferências Internacionais - Visão Geral
Fluxo Internacional Dados Pessoais
Conceito de Transferências Internacionais
Responsabilidade - Transferências - Subsequentes
Bases Legais de Transferências Internacionais - parte 1/3
Bases Legais de Transferências Internacionais - parte 2/3
Bases Legais de Transferências Internacionais - parte 3/3
Decisão de Adequação - Conceito
Decisão de Adequação - Importância
Privacy Shield - Parte 1/3
Privacy Shield - Parte 2/3
Privacy Shield - Parte 3/3
Garantias Adequadas - Introdução
Instrumento Juridicamente Vinculativo
Garantias Adequadas
Cláusulas - Tipo - Parte 1/2
Cláusulas - Tipo - Parte 2/2

Código de Conduta - Procedimento - Certificação
Derrogações - Consentimento Explícito
Derrogações - Interesse Público ou Registro Público
Derrogações - Execução e Contrato
Derrogações - Interesse Vitais, Titular e Execução
Derrogações - Declaração, Execício, Defesa, Direitos e Processo Judicial
Quiz 6 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

16- Garantindo a Segurança dos Dados Pessoais

Medidas de Segurança - Visão Geral
Medidas Físicas, Técnicas e Administrativas
Programa Privacidade - Visão Geral
CID - Visão Geral
Confidencialidade
Integridade
Disponibilidade
Responsabilidade - Garantia
CID - Ciclo de Vida dos Dados Pessoais
CID - Anonimização
Conceito de Risco
Avaliação de Risco
Controles Preventivos
Controles de Detecção
Controles Corretivos
Controles Físicos
Controles Administrativos
Controles Técnicos
Controles - Ofuscação e Minimização de Dados
Controles - Engenharia de Privacidade
Controles Administrativos
Segurança de Informação e Proteção de Dados
Violação de Dados Pessoais - Visão Geral
Violação Acidental ou Ilícita
Incidente de Segurança e Violações
Planejamento Referente a Incidentes
Consequências - Violação de Dados Pessoais
Custos Subjacentes na Violação de Dados Pessoais
Como Violações Ocorrem - Parte 1/2
Como Violações Ocorrem - Parte 2/2
Resposta Não Linear a Incidentes de Segurança
Notificações - GDPR - Parte 1/3
Notificações - GDPR - Parte 2/3
Notificações - GDPR - Parte 3/3
Notificações - GDPR - Síntese
Notificações - LGPD
Conteúdo da Notificação à Autoridade
Conteúdo da Notificação ao Titular
Exceções da Notificação ao Titular
Quiz 10 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

17- A Fiscalização por Parte das Autoridades Supervisoras

Introdução
As Autoridades de Controle
Consulta Prévia e Legislação
Autoridade e AIPD - Conduta, Certificações, Cláusulas e Tipo
Autoridades - Controle Principal
Autoridades - Funções Gerais
Poder e Investigação
Poder Corretivo
Poderes Consultivos e de Autorização
Sanções - Parte 1/2
Sanções - Parte 2/2
Multas GDPR Parte 1/2
Multas GDPR Parte 2/2
Multas LGPD
Quiz 5 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

18- Estudo de Caso 1 - Proteção de Dados e Recrutamento de Colaboradores

Apresentação-Geral dos Estudos de Caso
Recrutamento de Colaboradores
Verificação de Antecedentes Profissionais
Como Limitar Informações Necessárias no Recrutamento de Colaboradores
Seguindo Padrões Mais Exigentes
Diferença Entre Pesquisar no LinkedIn e no Facebook
Posso Jogar no Google?
Sugestões no Recrutamento de Colaboradores
O Que Fazer e o Que Não Fazer
Bibliografia, Referências e Links Úteis

19- Estudo de Caso 2 - Proteção de Dados e Desenvolvedores de Software
Desenvolvimento de Software - Atividade que Envolve Risco para Proteção de Dados
Desenvolvedor e Controlador
Dicas Gerais
Desenvolvedor Privacy by Design
Bibliografia, Referências e Links Úteis

20- Estudo de Caso 3 - Proteção de Dados e o Setor Bancário e de Seguros
Proteção de Dados Bancários e Seguros - Parte 1/3
Proteção de Dados Bancários e Seguros - Parte 2/3
Proteção de Dados Bancários e Seguros - Parte 3/3
Bibliografia, Referências e Links Úteis

21- Estudo de Caso 4 - Proteção de Dados Biométricos e/ou de Saúde
Proteção de Dados Biométricos e/ou de Saúde
Definição de Dados Biométricos na GDPR e LGPD
Bases Legais de Dados Biométricos - GDPR e LGPD
Como Tratar Dados Biométricos e/ou de Saúde
Exemplos de Uso da Biometrica
Bibliografia, Referências e Links Úteis

22- Estudo de Caso 5 - Proteção de Dados e Blockchain
Blockchain Visão Geral
Como Analisar a Tecnologia de Blockchain à Luz do GDPR e da LGPD?
Registro Distribuído
Imutabilidade
Transparência
Append Only
Integridade e Confiabilidade na Blockchain
Conceito de Dados Pessoais na Blockchain
Blockchain - Controlador e Operador
Blockchain - Exercício, Direito e Titulares
Blockchain - Transferência Internacional
Blockchain - Anonimização - Parte 1/2
Blockchain - Anonimização - Parte 2/2
Blockchain - Conclusão - Parte 1/2
Blockchain - Conclusão - Parte 2/2
Bibliografia, Referências e Links Úteis

23- Estudo de Caso 6 - Proteção de Dados e Inteligência Artificial
Inteligência Artificial - Visão-Geral
Inteligência Artificial - Decisões Abusivas e Discriminatórias
Definição de Perfis na Inteligência Artificial - Parte 1/2
Definição de Perfis na Inteligência Artificial - Parte 2/2
Decisões Automatizadas - Aspectos Gerais
Decisões Automatizadas, Proibidas e Permitidas
Decisões Não Exclusivamente Automatizadas
Exemplos de Uso da Inteligência Artificial na Proteção de Dados
Perigos da Inteligência Artificial no Marketing
Desafio da Proteção dos Dados no Uso da Inteligência Artificial
Sugestões, Respostas e Desafios - Parte 1/2
Sugestões, Respostas e Desafios - Parte 2/2
Risco com Responsabilidade
Bibliografia, Referências e Links Úteis

24- A Importância da Governança de Dados
Introdução
Apresentação
A Importância da Governança de Dados
O Que é Governança de Dados?
Como a ABNT - ISO 21505:2018 Define Governança
Conteúdo Geral de um Projeto de Governança de Dados
Ambiente da Governança Internacional
A Importância da Governança de Dados - Considerações Gerais
Benefícios do Programa de Governança - Parte 1/2
Benefícios do Programa de Governança - Parte 2/2
Benefícios da ISO 38505
Síntese dos Benefícios do Programa de Governança
Quiz 5 questões
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

25- Governança e Gestão de Dados Pessoais
Governança de Dados Pessoais
Gestão de Dados Pessoais
Governança e Gestão de Dados Pessoais
Dama - Wheel - Parte 1/3
Dama - Wheel - Parte 2/3
Dama - Wheel - Parte 3/3
Dama - Hexágono- Parte 1/2
Dama - Hexágono- Parte 2/2
DPO versus Gestor de Privacidade
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

26- Os Desafios na Governança de Dados Pessoais
Os Desafios na Governança e Qualidade dos Dados Pessoais

Introdução ao Sistema de Gestão de Proteção de Dados - SGPD
Dados Digitais e em Papel
Primeiro Desafio na Gestão de Dados Pessoais
Segundo Desafio na Gestão de Dados Pessoais
Terceiro Desafio na Gestão de Dados Pessoais
Quarto Desafio na Gestão de Dados Pessoais
Quinto Desafio na Gestão de Dados Pessoais - Parte 1/4
Quinto Desafio na Gestão de Dados Pessoais - Parte 2/4
Quinto Desafio na Gestão de Dados Pessoais - Parte 3/4
Quinto Desafio na Gestão de Dados Pessoais - Parte 4/4
Sexto Desafio na Gestão de Dados Pessoais
Soluções Gerais nos Desafios na Governança dos Dados Pessoais
Decreto 10046 de 9 de Outubro de 2019
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

27- A Ética no Uso de Dados Pessoais
A Ética no Uso de Dados Pessoais - Introdução
Ética - Como Fazer a Coisa Certa?
Impactos Éticos no Tratamento de Dados Pessoais - Parte 1/3
Impactos Éticos no Tratamento de Dados Pessoais - Parte 2/3
Impactos Éticos no Tratamento de Dados Pessoais - Parte 3/3
Princípio da Finalidade
Princípio da Adequação e da Necessidade
Princípio do Livre Acesso
Princípio da Qualidade dos Dados
Princípio da Transparência
Princípio da Segurança e da Prevenção
Princípio da Não Discriminação e da Responsabilização
Cultura Ética na Organização
Ethics by Design - Parte 1/2
Ethics by Design - Parte 2/2
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

28- Gestão de Metadados
Introdução à Gestão de Metadados
Metadados e a LGPD
Conceito de Metadados - Parte 1/2
Conceito de Metadados - Parte 2/2
Metadados e a Analogia da Biblioteca
Gestão de Dados com Metadados - Parte 1/2
Gestão de Dados Estratégicos, Técnicos e Operacionais
Metadados - Necessidade de Documentação
Ciclo de Vida dos Metadados - Parte 1/2
Ciclo de Vida dos Metadados - Parte 2/2
Estratégia e Gestão de Metadados
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

29- O Sistema de Gestão de Proteção de Dados (SGPD) - Apresentação Geral
Definição de Sistema de Gestão de Proteção de Dados (SGPD)
SGPD - Fase de Preparação - Visão Geral
SGPD - Fase de Organização - Visão Geral
SGPD - Fase de Desenvolvimento e Implementação - Visão Geral
SGPD - Fase de Governança - Visão Geral
SGPD - Fase de Avaliação e Melhoria - Visão Geral
SGPD - Ciclo PDCA
SGPD - Fases, Etapas, Ações e Documentos
Slides do Módulo
Bibliografia, Referências e Links Úteis

30- SGPD - Fase 1: Preparação Para a Proteção de Dados e Privacidade
Fase 1 - Preparação, Propósito e Objetivos - Parte 1/2
Fase 1 - Preparação, Propósito e Objetivos - Parte 2/2
Fase 1 - Etapas 1, 2 e 3
Fase 1 - Etapas 4 e 5
Fase 1 - Etapas 6, 7 e 8
Fase 1 - Etapa 1 - Conduzir Análise de Privacidade
Fase 1 - Etapa 1 - Privacy, Maturity, Model (PMM)
Fase 1 - Etapa 2 - Coletar Leis de Privacidade
Fase 1 - Etapa 3 - Analisar o Impacto da Privacidade e o Diferencial Competitivo
Fase 1 - Etapa 3 - Analisar o Impacto da Privacidade e Documentar a Análise
Fase 1 - Etapa 4 - Auditorias e Avaliações Iniciais dos Dados
Fase 1 - Etapa 5 - Estrutura e Governança de Dados - Parte 1/3
Fase 1 - Etapa 5 - Estrutura e Governança de Dados - Parte 2/3
Fase 1 - Etapa 5 - Estrutura e Governança de Dados - Parte 3/3
Fase 1 - Etapa 6 - Fluxo de Dados, Mapeamento e Processos Internos
Fase 1 - Etapa 6 - Fluxo de Dados e Inventário de Dados Pessoais
Fase 1 - Etapa 6 - Inventário de Dados Pessoais - Planilha Prática
Fase 1 - Etapa 7 - Programa de Privacidade e Proteção de Dados
Fase 1 - Etapa 8 - Plano de Ação e Implementação do SGPD
Fase 1 - Entregáveis
Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis**31- SGPD - Fase 2: Organização Para a Proteção de Dados e a Privacidade**

Fase 2 - Introdução

Fase 2 - Etapa 1 - Programa, Política, Privacidade, Controle e Governança

Fase 2 - Etapa 1 - Exemplo de Política e Privacidade

Fase 2 - Etapa 2 - Atribuição, Manutenção e Responsabilidades do SGPD

Fase 2 - Etapa 3 - Engajamento da Alta Direção com a Privacidade e a Proteção de Dados

Fase 2 - Etapa 4 - Compromisso dos Colaboradores com a Privacidade e a Proteção de Dados

Fase 2 - Etapa 5 - Como Manter Uma Comunicação Regular com o Comitê de Privacidade e a Alta Direção

Fase 2 - Etapa 6 - Como Manter Uma Comunicação Regular com Colaboradores e Fornecedores

Fase 2 - Etapa 7 - Implementar e Operar Sistemas de Gestão de Proteção de Dados

Fase 2 - Entregáveis

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

32- SGPD - Fase 3: Desenvolvimento e Implementação de Estratégias, Planos e Políticas

de Proteção de Dados e Privacidade

Fase 3 - Introdução

Fase 3 - Etapa 1 - Necessidades das Empresas e o Sistema de Classificação

Fase 3 - Etapa 1 - Controles e Procedimentos

Fase 3 - Etapa 2 - Procedimentos Prévios e Relatórios de Impacto

Fase 3 - Etapa 3 - Registro de Banco de Dados de Atividade de Tratamento

Fase 3 - Etapa 4 - Riscos na Transferência Internacional

Fase 3 - Etapa 4 - Como Documentar as Transferências Internacionais

Fase 3 - Etapa 4 - Mecanismos de Transferência Internacional na LGPD - Artigo 33

Fase 3 - Etapa 5 - Implementar o Privacy By Design na Organização

Fase 3 - Etapa 6 - Plano de Treinamento e Conscientização

Fase 3 - Etapa 7 - Segurança da Informação e Proteção de Dados

Fase 3 - Entregáveis

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

33- SGPD - Fase 4: Governança da Proteção de Dados e da Privacidade

Fase 4 - Introdução

Fase 4 - Etapa 1 - Gerenciamento por Políticas

Fase 4 - Etapa 1 - Gerenciamento por Procedimentos

Fase 4 - Etapa 2 - Manter Avisos de Privacidade

Fase 4 - Etapa 3 - Plano de Resposta ao Exercício de Direito Pelos Titulares

Fase 4 - Etapa 4 - Avaliação de Impacto - PIA

Fase 4 - Etapa 4 - Avaliação de Impacto - DPIA

Fase 4 - Etapa 5 e Etapa 6 - Emitir Relatórios e Manter Documentação Atualizada

Fase 4 - Etapa 7 - Plano de Resposta a Violações de Dados Pessoais

Fase 4 - Etapa 7 - Funções do Plano de Resposta a Violações de Dados - Parte 1/3

Fase 4 - Etapa 7 - Funções do Plano de Resposta a Violações de Dados - Parte 2/3

Fase 4 - Etapa 7 - Funções do Plano de Resposta a Violações de Dados - Parte 3/3

Fase 4 - Etapa 7 - Entregáveis

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

34- SGPD - Fase 5: Avaliação e Melhoria da Proteção de Dados e Privacidade

Fase 5 - Introdução

Fase 5 - Etapa 1 - Auditoria - Parte 1/2

Fase 5 - Etapa 1 - Auditoria - Parte 2/2

Fase 5 - Etapa 2 - Contratar Parte Externa para Realizar RIPDs

Fase 5 - Etapa 3 - Avaliações de Privacidade

Fase 5 - Etapa 3 - Autoavaliação de Proteção de Dados

Fase 5 - Etapa 3 - Benchmarks de Privacidade

Fase 5 - Etapa 4 - Avaliação de Riscos à Proteção de Dados

Fase 5 - Etapa 5 - Resolver Riscos a Procedimentos de Proteção de Dados

Fase 5 - Etapa 6 - Reportar Análises e Resultados dos Riscos à Proteção de Dados

Fase 5 - Etapa 7 - Monitorar Leis e Regulamentações de Proteção de Dados

Fase 5 - Entregáveis

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

35- Considerações Finais Sobre o SGPD

Considerações Finais sobre o SGPD

Boa Prática Recomendada - Segurança

Boa Prática Recomendada - Precisão dos Dados

Boa Prática Recomendada - Autorização

Boa Prática Recomendada - Regenciamento das Requisições e Reclamações

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

36- Material Complementar : As Normas da ISO

Normas ISO - Introdução

ISO 27001

ISO 27002

ISO 27701

Estruturas e Controles - Relação entre 27001 e 27701

ISO 27701 e PDCA

Outras Normas ISO

Slides do Módulo

Bibliografia, Referências e Links Úteis

37- Avaliação e Certificado de Conclusão

Leia Antes de Realizar a Avaliação Final
Avaliação Final

6. Das Obrigações da Contratada

A Contratada obrigará-se a:

- 6.1 A Contratada obrigará-se a assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços, prezando por sua excelência na forma do que dispõe a legislação em vigor e o presente Projeto Básico.
- 6.2 Ministar o curso de acordo com sua proposta, cumprindo todo o programa proposto para a capacitação.
- 6.3 Observar durante a execução dos serviços contratados o fiel cumprimento de todas as leis federais estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor sendo a única responsável pelas infrações que venham a ser cometidas.
- 6.4 Fornecer material didático para os participantes e material de apoio para o professor, caso seja necessário.
- 6.5 Entregar os certificados de conclusão do curso, individualizados por servidor.
- 6.6 Arcar com todos os tributos e contribuições relativas à presente contratação.
- 6.7 Arcar com todas as despesas relativas a passagens, estadia e traslados do professor, se for o caso.
- 6.8 Assumir e responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las em época própria, uma vez que seus diretores, empregados e prepostos não mantêm tampouco manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 6.9 Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando forem vítimas seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com eles ainda que ocorridos nas dependências da Contratante, se for o caso.
- 6.10 Manter no ato da entrega da nota fiscal todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista.
- 6.11 Realizar o treinamento com a máxima qualidade primando pela pontualidade, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas.

7. Das Obrigações da Contratante

- 7.1 Fornecer o local para a realização das aulas teóricas, se for o caso.
- 7.2 Viabilizar os recursos instrucionais descritos no item 5.1.
- 7.3 Exercer a fiscalização dos serviços na forma prevista na lei.
- 7.4 Realizar o pagamento no prazo legal, após a entrega da Nota Fiscal e dos certificados de conclusão, desde que verificada as condições de regularidade para o pagamento.

8. Condições para Pagamento

O pagamento está condicionado à comprovação da realização do evento, mediante apresentação dos certificados de conclusão dos participantes, apresentação da Nota Fiscal juntamente às certidões de regularidade fiscal, trabalhista e do FGTS.

9. Da Fiscalização do Contrato

O curso, ora proposto, será fiscalizado pela chefia da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional, conforme atribuições regulamentares da unidade especializada, que ficará responsável por fazer cumprir todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento e apresentará Nota Técnica acerca da prestação dos serviços.

10. Da aplicação de Penalidades

Caberá ao TRE-GO decidir pela aplicação das penalidades previstas na Lei Federal n. 8.666/93, mediante regular tramitação processual.

Goiânia, 28 de março de 2022

Bianca Thais de Souza Crocamo
Técnica Judiciária

Julia Pittelkow Albuquerque Montes
Chefe da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional

DESPACHO DA COORDENADORA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

De acordo com os argumentos e com o projeto apresentado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional. Encaminhe-se a proposta à Secretária de Gestão de Pessoas para análise e, no caso de concordância, para prosseguimento normal do feito.

Goiânia, 28 de março de 2022.

Ilana Murici Ayres
Coordenadora de Educação e Desenvolvimento

DESPACHO DA SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

De acordo.

Visando conferir celeridade ao procedimento, encaminhem-se os autos à Secretaria de Administração e Orçamento para que proceda ao enquadramento da despesa e verificação da existência de disponibilidade orçamentária e financeira para custeá-la.

Após, à Diretoria-Geral, para apreciação.

Goiânia, 28 de março de 2022.

Loirí Schwingel
Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA THAÍS DE SOUZA CROCAMO**, TÉCNICO JUDICIÁRIO, em 28/03/2022, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JULIA PITTELKOW ALBUQUERQUE MONTES**, CHEFE DE SEÇÃO, em 28/03/2022, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ILANA MURICI AYRES**, COORDENADOR(A), em 28/03/2022, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LOIRÍ SCHWINGEL**, SECRETÁRIO(A), em 29/03/2022, às 13:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-go.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0245281** e o código CRC **36AABF21**.

22.0.00000448-4

0245281v12

"É um dever de todos, sem exceção, proteger crianças e adolescentes contra a violência infantil!"
Para denúncia disque 100 e/ou (62) 3286-1540 (Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente)